

Ética e Cooperação: desafios de um desenvolvimento inclusivo





Valores e Desenvolvimento

$$\begin{array}{r} 19 \\ + 16 \\ \hline \end{array}$$



O Desenvolvimento e a Ética*

Manuela Silva**

P. 11-17

1. Quando falamos de desenvolvimento sem adjectivarmos o vocábulo, parece-nos que todos nos entendemos e nos estamos a referir a uma mesma realidade: uma evolução no sentido de um mais, uma progressão. Se valoramos esse mais, positiva ou negativamente, tal depende do contexto do discurso. O desenvolvimento de um cancro é certamente um desenvolvimento muito negativo e preocupante; o desenvolvimento de uma árvore ou de uma criança é apreciado positivamente.

Para o Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa, o desenvolvimento é definido como “*progresso de um estado a outro de tal modo que o seguinte é sempre mais perfeito que o anterior*”. Aponta como correlatos as palavras: aumento, prolongamento, propagação. Também ajudará a compreender o sentido da palavra desenvolvimento o recurso à sua etimologia. Desenvolver é uma palavra composta de *des* + *envolver* ou seja significa o acto de retirar aquilo que envolve, o que prende, o que está retido pelo véu, escondido ou ocultado. Nesta acepção, desenvolver é libertar de algo que trava uma progressão.

À imediatez do sentido da palavra desenvolvimento na linguagem corrente, não corresponde, porém, uma unanimidade deste mesmo conceito, no campo semântico, tanto no domínio da teoria económica e da teoria sociológica, como na prática das políticas públicas ou na intervenção social.

Cabe, desde já, advertir que não é indiferente o conceito que se possa ter do desenvolvimento quando aplicado à economia e à sociedade. O mesmo vocábulo pode indicar realidades muito distintas e até antagónicas, como adiante se verá.

Também, como referirei posteriormente, o tema tem sido objecto de debate ao longo de todo o século passado e continua a sê-lo nos nossos dias, nomeadamente quando o relacionamos com a ética.

2. A este propósito, quero começar por recordar o n.º 14 da Carta Encíclica de Paulo VI, a bem conhecida *Populorum Progressio*. Aí se escreve: *O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento económico. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo.*

Esta carta encíclica foi publicada em 1967, quando a generalidade dos países do mundo ocidental experimentava a euforia de um crescimento económico ímpar através da industrialização e da intensificação do comércio internacional, cujo modelo procuravam exportar para outros países (nomeadamente para as ex-colónias que, paulatinamente, se

* Artigo baseado na comunicação feita no Seminário sobre *Lusofonia. Desenvolvimento. Ética*, promovido por Leigos para o Desenvolvimento e realizado na Universidade Católica – Porto, 18 Janeiro 2012.

** Professora ISEG/UTL. Aposentada.

foram tornando países independentes durante a década de cinquenta). Podemos dizer que, então, estávamos perante uma concepção quantitativa do desenvolvimento e que este se confundia com o “simples crescimento económico”. Os países eram classificados em desenvolvidos e subdesenvolvidos (estes últimos, mais tarde, eufemisticamente designados por “países em vias de desenvolvimento”).

A uma tal distinção correspondia o entendimento de que o desenvolvimento de cada território seria uma questão de tempo e que para acelerar o processo não haveria mais que aplicar o mesmo método que permitiu o crescimento económico nos países mais desenvolvidos, nomeadamente: a modernização da agricultura mediante recurso a novas tecnologias de cultura intensiva, a criação de infra-estruturas (vias de comunicação, electrificação, abastecimento de água, ...), a criação de indústrias para exportação e para substituição de importações, tudo com recurso ao capital estrangeiro e com plena abertura ao mercado internacional.

Conhecendo o contexto, compreende-se melhor o alcance do pronunciamento do Papa Paulo VI.

Também no campo da teoria económica, foram aparecendo vozes críticas acerca deste modelo de crescimento económico baseado nas exportações, substituição de importações e capital estrangeiro. Tais críticas tinham por fundamento várias ordens de factores, designadamente, entre outros, os seguintes:

- agravamento da pobreza e desestruturação das comunidades rurais locais (por via de uma agricultura intensiva, implicando deslocalizações de população para centros urbanos sem capacidade de acolhimento e de oferta de novas oportunidades de trabalho);
- modelos de consumo com introdução de novos produtos importados e consequente agravamento do custo de vida;
- obstáculos ao pretendido crescimento económico inerentes ao factor humano e sua fraca literacia, à mentalidade e à organização social, os quais bloqueavam ou inviabilizavam certos projectos ou pelo menos retardavam a sua implementação;
- crescente desigualdade entre uma pequena elite local que aproveitava dos benefícios do investimento estrangeiro e da modernização em curso e uma maioria ainda mais empobrecida por ter sido privada da sua agricultura de subsistência.

Autores como Celso Furtado, Alva e Gunnard Myrdal, Richard Joly, Dudley Seers, Raul Prebisch e muitos outros devem ser recordados como pioneiros na crítica da teoria do crescimento económico e do enfoque posto na dimensão quantitativa, bem expressa no indicador mais comum e, lamentavelmente, ainda hoje em uso - produto interno bruto (o PIB). Não conhecemos os seus nomes, mas não podemos também deixar de evocar tantos homens e mulheres que, ao longo desses anos da década de 50 e 60, tal como agora, nas missões cristãs, em diferentes e remotos lugares, foram e estão dando corpo a um verdadeiro desenvolvimento, contribuindo, pela sua acção de presença missionária nos ditos países subdesenvolvidos, para melhorar o nível de instrução das crianças e dos adultos, para cuidar das doenças e ensinar práticas de prevenção, prestar assistência na maternidade, dotar as comunidades locais com infra-estruturas básicas, como sejam o abastecimento de água potável ou a melhoria do saneamento local. São eles e elas os heróis do verdadeiro desenvolvimento do “homem todo e de todos os homens” para recorrer à afirmação-síntese de Paulo VI.

3. A crítica dirigida à confusão entre crescimento económico e desenvolvimento conheceu sucessivos aprofundamentos dos quais destaco cinco que deram lugar, entre outras, às seguintes adjectivações:

- desenvolvimento sustentável
- desenvolvimento endógeno ou autónomo
- desenvolvimento equitativo
- desenvolvimento humano
- desenvolvimento ético e responsável

Foi no começo da década de 70 que surgiram as primeiras críticas académicas à ideia de um crescimento ilimitado que estava subjacente aos modelos de crescimento económico então preconizados.

A obra do Clube de Roma, *Limits to growth*, deu o sinal de alerta pondo em evidência fenómenos tão complexos como os seguintes: a probabilidade de esgotamento de alguns recursos não renováveis em horizontes temporais precisos e não muito afastados; a acumulação indevida de resíduos; o aumento do dióxido de carbono; e, por todas estas razões, chamando a atenção para a inviabilidade de generalização do nível e estilo de vida em vigor nos países ditos desenvolvidos ao conjunto da população do Planeta. Note-se que, na data em que o estudo do Clube de Roma foi publicado, ainda não havia ocorrido a implosão da União Soviética, nem tinham aparecido na cena mundial os países emergentes de grande dimensão populacional, como a China ou a Índia.

As previsões do Clube de Roma não foram tomadas, na altura em que foram dadas a conhecer, com a seriedade devida e foi preciso esperar mais de uma década para que os responsáveis políticos de nível mundial tomassem consciência da gravidade da situação a que um crescimento económico sem limites tinha conduzido e de como o objectivo de mero crescimento económico, “inchamento” como se lhe chamou caricaturando a situação, deveria dar lugar a um objectivo de desenvolvimento sustentável, isto é, um desenvolvimento que, obrigatoriamente, integrasse uma dimensão ecológica.

A este propósito, ficou célebre o Relatório Brundtland (1987) em que se retoma o conceito de satisfação de necessidades básicas como componente fundamental do desenvolvimento e se lhe associa, como igualmente indispensável, a dimensão da solidariedade com o Planeta e com as gerações futuras. Este Relatório deveria vir a servir de referência para algumas das Cimeiras Mundiais acerca do futuro do nosso destino comum.

Por uma outra via se chegou a um outro conceito de desenvolvimento: o desenvolvimento endógeno, também designado por desenvolvimento autónomo.

Para este conceito, contribuíram sobretudo os antropólogos e os seus estudos, demonstrando que todas as comunidades, por mais remotas que sejam, dispõem de um conjunto de valores, saberes e práticas de organização de vida colectiva, que lhes são específicas e que merece ser respeitado, não sendo desejável impor-lhes modelos únicos de estilo de vida e de progresso económico. O seu desenvolvimento far-se-á partir das suas realidades específicas e por aproveitamento dos respectivos recursos potenciais. Assim sendo, o desenvolvimento endógeno requer maior autonomia e não deve confundir-se com mera importação de novas tecnologias e modernização forçada.

No começo da década de 70, no âmbito dos trabalhos do Banco Mundial, surgiram estudos demonstrativos de que o crescimento económico e o objectivo de “mais ter” que lhe esta-

va associado não se repartiam equitativamente pelas populações abrangidas; ao invés, o mero crescimento económico dava origem ao agravamento das desigualdades e este, por seu turno, além de não ser política e eticamente defensável, constituía factor de bloqueio do próprio pretendido crescimento económico.¹ Esta abordagem haveria de ser retomada mais tarde, já na década de 90, com maior relevância quando se tornou consciência do incontornável problema da pobreza massiva em muitas regiões do Mundo.

A este propósito, merece destaque a introdução do conceito de desenvolvimento humano e todos os esforços feitos no âmbito das Nações Unidas no sentido de criar indicadores apropriados para dar a conhecer esta dimensão do fenómeno do desigual desenvolvimento humano à escala mundial.

A partir de então, a comunidade mundial passou a dispor, anualmente, de um sistema de indicadores de desenvolvimento humano que muito tem contribuído para pôr em evidência as diferentes dimensões da pobreza e de como o desenvolvimento deveria tomar como seu objectivo nuclear a erradicação (ou redução) da pobreza, sobretudo no caso dos países menos desenvolvidos.

Como é sabido, o início do segundo milénio foi assinalado com a celebração de um Pacto assinado por Chefes de Estado e de Governo de compromisso com objectivos e metas concretas de redução da pobreza até 2015 e disponibilização de verbas de cooperação com o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos.

Continuando na indagação da relação da ética com a evolução do conceito de desenvolvimento, cabe, ainda, referir o conceito de desenvolvimento humano. Em rigor, esta expressão é pleonástica, na medida em que o desenvolvimento é humano ou pura e simplesmente não existe como tal. Ainda assim, o adjectivo tem o mérito de traçar uma clara e decisiva fronteira em relação ao mero crescimento económico. Enquanto este último se refere ao mais ter, maior produção, maior consumo, mais tecnologia, mais capital investido, o desenvolvimento humano aponta, como objectivos e caminhos, a qualidade de vida das pessoas, os valores relacionais, a autonomia pessoal, a capacitação individual, o melhor ser. Para o enriquecimento deste conceito, muito tem contribuído o pensamento de Amartya Sen, prémio Nobel da Economia em 1998, ao dar relevo ao papel constitutivo e instrumental da liberdade no processo de desenvolvimento.²

Por último, e não se trata de pretender ser exaustiva, tem interesse referir, ainda, o conceito de desenvolvimento ético e responsável. Trata-se de um conceito que, de algum modo, pretende recuperar as dimensões anteriormente já referidas. É construído com base na declaração universal dos direitos humanos e dos valores que lhes subjazem. Tem o mérito de proporcionar a investigadores, docentes, governantes e actores sociais uma plataforma de entendimento politicamente validada ao mais alto nível, o que, em algumas situações concretas, é particularmente relevante. Fale-se do direito à vida, à liberdade, à participação, à erradicação da pobreza, etc..

4. Este percurso pela história de alguns dos principais conceitos do desenvolvimento permite deixar bem claro que o desenvolvimento não pode confundir-se com o mero crescimento económico e o seu desígnio de mais produção, consumo e acumulação de riqueza ou com o acesso indiscriminado à modernidade, como esta foi introduzida e é experienciada no Ocidente.

1 Vd. Richard Joly e outros – *Redistribution with growth*.

2 Cf. Sen (1999) – *Development as Freedom*.

Gaulet (2002), num esforço de síntese, enumera seis componentes necessárias e imprescindíveis para que possa falar-se de um verdadeiro desenvolvimento:

- uma *componente económica*, de criação de riqueza autêntica e de melhores condições de vida material, equitativamente distribuída;
- uma *componente social*, de fomento de bem-estar em relação a bens e serviços fundamentais no domínio da saúde, educação e cultura, habitação e emprego;
- uma *dimensão política*, que inclui a salvaguarda dos direitos humanos, a liberdade política, o respeito pelos valores universais, a emancipação legal do indivíduo e um governo democrático;
- uma componente *cultural*, que reconheça a identidade cultural dos diferentes povos e comunidades e promova a auto-estima das pessoas;
- uma componente *ambiental*, no duplo entendimento de prossecução de um ambiente saudável e de sustentabilidade;
- uma componente de *auto-determinação política e económica*
- e, ainda, uma dimensão de *vida plena*, incluindo nesta o respeito pelas crenças e suas manifestações simbólicas dirigidas ao significado último da vida, da história, da realidade cósmica e às possibilidades de transcendência.

É interessante destacar como se faz eco desta perspectiva alargada do conceito de desenvolvimento no último Relatório sobre o Desenvolvimento no Mundo, elaborado no âmbito do PNUD (2011). Assim, logo nas primeiras páginas do citado Relatório, afirma-se: *O Relatório deste ano (2011) é dedicado ao desafio do progresso sustentável e equitativo*. E, antecipando conclusões amplamente documentadas no corpo do texto, acrescenta-se: *Uma dupla perspectiva demonstra de que forma a degradação ambiental intensifica a desigualdade através de impactos adversos em pessoas que já se encontram em situação desfavorecida e como as desigualdades no desenvolvimento humano agravam a degradação ambiental*. Uma tal evidência empírica é da maior importância para a condução das políticas públicas nacionais de desenvolvimento, mas também para a definição de prioridades no âmbito da cooperação intergovernamental na ajuda ao desenvolvimento e mesmo para a afinação dos critérios que orientam a acção do voluntariado em programas de desenvolvimento. Em reforço da ideia de que a sustentabilidade e a equidade devem caminhar a par, no mesmo Relatório se afirma, peremptoriamente, que *“seria uma grosseira violação do princípio universalista, se nos tornássemos obcecados pela equidade intergeracional sem, ao mesmo tempo, considerar o problema da equidade intrageracional”*. Recordam os autores do relatório que ideias semelhantes já estavam presentes no Relatório da Comissão Brundtland de 1987 e numa série de declarações internacionais, a começar com a Declaração de Estocolmo de 1972 e, mais recentemente, na Declaração de Joanesburgo de 2002. Cabe perguntar por que razão as estratégias de desenvolvimento continuam a não dar o devido relevo a objectivos de igualdade de oportunidades e a subestimar a correcção das desigualdades e a erradicação da pobreza na respectiva concretização.

5. A crise, que eclodiu sobretudo no mundo ocidental e considerado desenvolvido, veio obrigar a repensar a questão do que entender por desenvolvimento. Num artigo que publiquei no jornal *Le monde – versão portuguesa*, tracei um breve retrato da presente crise. À maneira de síntese, escrevia:

“Reconhece-se que a crise desencadeada pelo colapso de algumas instituições financeiras sediadas nos Estados Unidos, no final de 2007, tem, afinal, natureza não apenas financeira e localizada, mas sistémica e com dimensão global, pondo em causa o sistema de economia de mercado e mesmo a organização social, que lhe está acoplada, designadamente os esquemas de segurança e de protecção social.

Disfuncionalidades do sistema, que vinham a ser denunciadas, há décadas, por alguns especialistas, adquirem, agora, maior visibilidade e por isso suscitam preocupação mais generalizada entre actores económicos e líderes políticos. É assim com a insustentabilidade ambiental do modelo energético de industrialização e crescimento económico, o consumo voraz e irresponsável por parte de alguns estratos populacionais e regiões do mundo, o desperdício e a obsolescência produzida, a excessiva concentração da riqueza e a muito desigual repartição do rendimento, a persistência de níveis de pobreza e exclusão social intoleráveis face aos níveis de produção e produtividade alcançados e, mais recentemente, o desemprego massivo e a crescente exclusão social existentes em alguns países, com conseqüente risco para a democracia”.

No mesmo texto concluía nestes termos: *“A crise teve o mérito de desocultar uma realidade de risco sistémico que estava latente e por isso há quem escreva ‘esta crise me encanta’, por ver nela uma saída para novas e mais justas vias de democratização da economia e das sociedades, isto é, para prosseguir na via de um verdadeiro desenvolvimento humano e sustentável”.*

E então deixava a pergunta, que continuo a achar pertinente e actual: *“Estará a crise a constituir uma real oportunidade de mudança sistémica?”*

Por ora, são ténues os sinais de que assim venha a acontecer a curto prazo. Com efeito, a crise financeira, no mundo ocidental e também à escala mundial, vem-se aprofundando como se pode confirmar através de um conjunto de indicadores: o endividamento crescente a nível de famílias, empresas e estados; a especulação financeira desenfreada; a drenagem de recursos de capital para actividade financeira especulativa, por esta se apresentar mais lucrativa a curto prazo, mas não para a economia real e a produção que vai definhando por falta de recursos para investimento, a persistência de modelos consumistas e predadores do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, o desemprego estrutural e a intensificação da exploração do trabalho humano, o agravamento das desigualdades na repartição da riqueza e do rendimento com sérios reflexos na coesão social, o agravamento da incidência e intensidade da pobreza e ameaça de maior empobrecimento colectivo, etc..

Neste quadro de análise, assistimos a que as questões do desenvolvimento foram remediadas para segundo lugar nas preocupações dos governos nacionais que, amarrados aos modelos de política económica neoliberal, procuram, tão só ou prioritariamente, assegurar objectivos de equilíbrios macroeconómicos, nomeadamente, no que se refere às contas públicas e às balanças de transacções com o exterior. As estratégias de desenvolvimento a prazo passaram, silenciosamente e sem uma crítica política à altura dos verdadeiros interesses dos cidadãos, dos estados para os gabinetes de planeamento das grandes empresas transnacionais que, obviamente, procuram impor os seus próprios desígnios, ou seja os interesses dos respectivos accionistas e gestores, os quais, só por acaso, são coincidentes com um desenvolvimento equitativo e sustentável de todo um povo ou região.

Outro dos impactos negativos, do ponto de vista do desenvolvimento e da erradicação da pobreza, associados à crise, traduz-se na quebra das verbas atribuídas pelos Governos dos países mais ricos à cooperação no plano mundial, as quais têm ficado aquém dos compro-

missos politicamente assumidos, com conseqüências negativas em programas fundamentais, como seja o combate a doenças endémicas evitáveis ou a assistência na maternidade.

Também não são de ignorar os fenómenos de corrupção e tráfico de influências, associados à frequente promiscuidade de papéis entre os agentes do sector público e do sector privado, com destaque para as administrações das grandes instituições bancárias e empresas de referência, refractárias, quanto podem, ao papel regulador dos Estados e defensoras de maior liberalização dos mercados, incluindo o mercado laboral onde se gera a maior parte do rendimento da maioria da população, pelo efeito cruzado do acesso ao emprego e do nível de remunerações ou das pensões.

Tendo por pano de fundo esta análise, resta esperar que seja a sociedade civil através das suas organizações sem fim lucrativo e também as igrejas e suas organizações de acção social e caritativa que, motivadas por razões de ética de bem comum e de responsabilidade pessoal e comunitária, considerem a crise como oportunidade para repensar o modelo económico-financeiro actual à luz de valores civilizacionais que não querem perder.

Termino com uma afirmação do Papa Bento XVI na sua encíclica *A Caridade na Verdade*, afirmação que procura encorajar este olhar esperançoso sobre a mudança, tão necessária e indispensável, quanto complexa e de difícil concretização, e a exigir, por isso, o empenhamento de todas as pessoas e suas organizações: *“As grandes novidades, que o quadro actual do desenvolvimento dos povos apresenta, exigem em muitos casos novas soluções. Estas não-de ser procuradas conjuntamente no respeito das leis próprias de cada realidade e à luz duma visão integral do homem, que espelhe os vários aspectos da pessoa humana, contemplada com o olhar purificado pela caridade. Descobrir-se-ão então singulares convergências e concretas possibilidades de solução, sem renunciar a qualquer componente fundamental da vida humana”* (n.º 32).

18 Janeiro 2012